

AULA 6.

Mecanismos Institucionais de mulheres na América Latina

Profa. Marlise Matos
(DCP, NEPEM, CIFG / UFMG)



ALGUMAS CARACTERÍSTICAS SALIENTES DA 4ª ONDA DOS FEMINISMOS NA AL E TB NO BRASIL

- O reforço do **PRINCÍPIO DA NÃO-DISCRIMINAÇÃO COM BASE NA RAÇA, ETNIA, NACIONALIDADE, CLASSE OU RELIGIÃO**. As mesmas mulheres que constituíram as bases do feminismo hegemônico da década de 1990 e que tratavam as mulheres “diferentes” frequentemente como as “outras” - trabalhadoras rurais e urbanas, afro-descendentes, mulheres indígenas, lésbicas – foram responsáveis por um novo efeito de “tradução”, transformando muitos dos princípios do núcleo do feminismo e constituindo “feminismos outros”, profundamente entrelaçados, e, por vezes controversamente emaranhados com as lutas nacionais e globais para a justiça social, sexual e racial;
- **FLUXOS VERTICAIS DO FEMINISMO - em RELAÇÃO AO ESTADO E ÀS DINÂMICAS VINCULADAS A ESTE NOVO FORMATO DE TEORIZAÇÃO FEMINISTA**, destaca-se, por sua vez, o esforço no sentido de ações transversais, interseccionais e intersetoriais e de **MAINSTREAMING GENDER**. Uma nova forma teórica – transversal e interseccional – de compreensão dos fenômenos de raça, gênero, sexualidade, classe e geração desdobram-se na necessidade de se pensar em micro e macroestratégias de ação articuladas, integradas, construídas em conjunto pelo Estado e pela sociedade civil;
- Além de verificarmos tb a **PRESENÇA DE SIDESTREAMING DENTRO DO MAINSTREAMING FEMINISTA**

- **Fatores DETERMINANTES/CONDICIONANTES da quarta onda:**

- **1. ENDÓGENOS:**

- **1.1. Os MOVIMENTOS nacionais FEMINISTAS e de MULHERES (MULTINODAIS E POLICENTRICOS);**

- **1.2. Acesso das mulheres a “postos críticos” na região (Poder Executivo e Legislativo);**

- **1.3. Chegada ao Poder da “Onda Rosa”:**

- **Novos governos de esquerda latino-americanos.**

- **2. EXÓGENOS:**

- **2.1. Os MOVIMENTOS globais/transnacionais FEMINISTAS e de MULHERES**

- **2.2. Os organismos internacionais de direitos humanos.**

OS FEMINISMOS E SUAS PERSPECTIVAS PERANTE O ESTADO

- **O CONCEITO DE “*STATE FEMINISM*” – FEMINISMO ESTATAL**
- Esta institucionalização está em consonância com as novas dinâmicas estatais, tratadas aqui nos marcos da governança democrática, ao estimular diversos atores, públicos e privados a enfrentar as desigualdades de gênero e assegurar espaços de interlocução e deliberação públicos, de modo a possibilitar às mulheres e aos movimentos defender seus interesses e negociar suas demandas (Guzmán, 2001:25).
- É possível exemplificar esse processo a partir de, pelo menos, duas formas do feminismo estatal: a atuação dos mecanismos institucionais de mulheres (MIM) e a elaboração dos planos, programas ou políticas nacionais de igualdade de gênero.
- Ambos existem em todos os países latino-americanos, apesar de haver diferenças entre cada país. Como vimos, na América Latina os MIMs passaram a ser implantados nas décadas de 80 e 90, em um contexto de redemocratização da região e forte pressão dos grupos sociais, especialmente do movimento de mulheres e do compromisso formalizado pela Plataforma de Ação da Conferência de Beijing.

Nível hierárquico, recursos humanos, técnicos e orçamentários dos Mecanismos Institucionais de Mulheres da América Latina

- **Capacidade técnica e orçamentária dos MIMs segundo localização no nível hierárquico dos governos, seu orçamento, o número total de funcionários e a presença institucional no território nacional.**
- **MIM FORTE:**
- **Alta escala;**
- **Conta com estruturas locais, como escritórios ou equipes técnicas fora da capital administrativa;**
- **Número suficiente de funcionários;**
- **Orçamento corresponde a uma alta parcela do orçamento geral do país;**
- **Alto valor do orçamento por mulher *per capita*.**

	País	Mecanismos Institucionais de Mulheres (MIMs)	Nível Hierárquico	Estrutura Local (1)	Nº funcionários (2)	% do orçamento geral (3)	Orçamento do MIM por mulher (US\$) (4)
FORTE	Venezuela	Ministerio del Poder Popular para la Mujer y la Igualdad del Género	1	Sim	Acima de 500	0,08 a 0,15%	4,00 a 7,00
	Rep. Dominicana	Ministerio de la Mujer	1	Sim	Acima de 500	0,08 a 0,15%	1,00 a 2,00
	Chile	Servicio Nacional de la Mujer	1	Sim	Acima de 500	0,02 a 0,07%	4,00 a 7,00
FORTE / MÉDIO	Costa Rica	Instituto Nacional de las Mujeres	1	Sim	100 a 300	0,02 a 0,07%	4,00 a 7,00
	Brasil	Secretaria de Política para as Mulheres	1	Não	100 a 300	0,001 a 0,01%	0,50 a 0,99
	México	Instituto Nacional de las Mujeres	2	Não	100 a 300	0,02 a 0,07%	0,50 a 0,99
	El Salvador	Instituto Salvadoreño para el Desarrollo de la Mujer	3	Sim	100 a 300	0,08 a 0,15%	1,00 a 2,00
MÉDIO / FRACO	Guatemala	Secretaria Presidencial de la Mujer	1	Sim	50 a 100	0,02 a 0,07%	0,30 a 0,49
	Honduras	Instituto Nacional de la Mujer	1	Não	Até 50	0,02 a 0,07%	0,30 a 0,49
	Uruguai	Instituto Nacional de las Mujeres	3	Sim	50 a 100	0,02 a 0,07%	1,00 a 2,00
FRACO / MUITO FRACO	Peru	Ministerio de la Mujer y Poblaciones Vulnerables	2	Sim	Acima de 500	0,001 a 0,01%	0,10 a 0,29
	Equador	Comission de Transicion hacia el Consejo Nacional de las Mujeres y la igualdad de género	2	Sim	50 a 100	0,001 a 0,01%	0,10 a 0,29
	Colômbia	Alta Consejería Presidencial para la Equidad de la Mujer	2	Não	Até 50	0,001 a 0,01%	0,01 a 0,09
	Nicarágua	Instituto Nicaragüense de la Mujer	3	Não	Até 50	0,08 a 0,15%	0,10 a 0,29
	Argentina	Consejo Nacional de las Mujeres	3	Não	Até 50	0,001 a 0,01%	0,10 a 0,29
	Bolívia	Viceministerio de Igualdad de Oportunidades	3	Não	Até 50	0,001 a 0,01%	0,01 a 0,09

Fonte: Elaboração própria.

Atribuições dos MIMs

- **Atribuição mais recorrentes é de transversalidade de gênero (14 dos 16 MIMs analisados)**
- **Baixa incidência da atribuição de implementação (6 dos 16 MIMs analisados)**
- **Dentre os fortes e médio/fortes só 3 são implementadores**
- **Possível justificativa para falta de recursos técnicos e orçamentários**
- **quanto maior a força dos mecanismos, maior será a diversidade de suas atribuições.**

	País	Mecanismos Institucionais de Mulheres (MIMs)	Implementação	Catalisação	Transversalização	Monitoramento e proposição de legislação	Produção de conhecimento	Atuação Internacional	Conscientização
FORTE	Venezuela	Ministerio del Poder Popular para la Mujer y la Igualdad del Género	X	X	X			X	X
	Rep. Dominicana	Ministerio de la Mujer		X	X	X		X	X
	Chile	Servicio Nacional de la Mujer		X	X	X	X		X
FORTE / MÉDIO	Costa Rica	Instituto Nacional de las Mujeres	X	X	X	X	X	X	
	Brasil	Secretaria de Política para as Mulheres		X	X	X		X	X
	El Salvador	Instituto Salvadoreño para el Desarrollo de la Mujer	X		X	X	X	X	
	México	Instituto Nacional de las Mujeres		X	X	X	X	X	
MÉDIO / FRACO	Guatemala	Secretaria Presidencial de la Mujer		X	X		X		
	Honduras	Instituto Nacional de la Mujer	X		X	X		X	
	Uruguai	Instituto Nacional de las Mujeres	X		X	X			
FRACO / MUITO FRACO	Peru	Ministerio de la Mujer y Poblaciones Vulnerables	X		X	X	X		
	Equador*	Comission de Transicion hacia el Consejo Nacional de las Mujeres y la igualdad de gênero							
	Colômbia	Alta Consejería Presidencial para la Equidad de la Mujer		X	X	X	X		
	Nicarágua	Instituto Nicaragüense de la Mujer		X	X		X	X	
	Argentina	Consejo Nacional de las Mujeres		X					
	Bolívia	Viceministerio de Igualdad de Oportunidades		X	X	X			

Interlocução entre MIMs e movimentos feministas e de mulheres

- **A maioria dos mecanismos institucionais oferece algum tipo de canal de participação da sociedade civil (11 dos 16)**
- **Mais recorrentes são os conselhos**
- **Reservas de vagas nos órgãos ou juntas diretoras (principalmente nos Institutos da América Central)**
- **Consultas cidadãs**
- **Sugere relação estreita com a sociedade civil**
- **Entre os mecanismos institucionais de mulheres aqui classificados como “fortes” e “forte/médios”, há maior incidência de estruturas formais de participação (6 entre 7 as possuem), se comparados com os MIMs classificados como “médio/fracos” e “fraco/muito fracos” (só 4 de 9 países possuem essas estruturas, sendo que apenas 2 contam com Conselhos).**

	País	Mecanismos Institucionais de Mulheres (MIMs)	Estrutura formal de Participação da Sociedade Civil	A relação com a sociedade civil como uma atribuição do MIM	Outros canais de participação
FORTE	Venezuela	Ministerio del Poder Popular para la Mujer y la Igualdad del Género	Puntos de Encuentro	Incentivar participação	–
	Rep. Dominicana	Ministerio de la Mujer	–	Articular e cooperar	–
	Chile	Servicio Nacional de la Mujer	Consejo de la Sociedad Civil	–	Resolução nº476, 11 mai. 2011 aprova norma geral de participação da gestão pública do SERNAM
FORTE /MÉD IO	Costa Rica	Instituto Nacional de las Mujeres	Foro de las Mujeres	Promover atividades e assistência	Auditoria cidadã do Instituto e 1 representante do “Foro de las Mujeres” na Junta Diretiva do Instituto
	Brasil	Secretaria de Política para as Mulheres	Conselho Nacional dos Direitos da Mulher	–	Conferências de Política para as Mulheres
	El Salvador	Instituto Salvadoreño para el Desarrollo de la Mujer	Consejos Consultivos y de Contraloría Social nos estados e municípios	Incentivar participação	Duas cadeiras para representantes de ONGs na Junta Diretiva do Instituto
	México	Instituto Nacional de las Mujeres	Consejo Social e Consejo Consultivo	Articular e cooperar	16 representações dos dois conselhos na Junta Diretiva do Instituto
MÉD IO/FRACO	Guatemala	Secretaria Presidencial de la Mujer	–	Ser interlocutor, canalizar demandas, fortalecer as organizações	1) “Câmara de Desenvolvimento Econômico” 2) programa “Governando com as pessoas”; 3) participação na escolha das secretárias
	Honduras	Instituto Nacional de la Mujer	Representação de organizações da sociedade civil no conselho diretivo do Instituto	Incentivar participação; conduzir registros das organizações de mulheres; promover assistência técnica, material e financeira às organizações	–
	Uruguai	Instituto Nacional de las Mujeres	Consejo Nacional de Genero	–	–
FRACO/MI TO FRACO	Peru	Ministerio de la Mujer y Poblaciones Vulnerables	Consejo Nacional de la Mujer Peruana	–	Ministério prevê uma comissão consultiva para matérias sobre a mulher
	Equador	Comision de Transicion hacia el Consejo Nacional de las Mujeres y la igualdad de género	Representação dos movimentos que compunham o antigo Conselho na Comissão	–	–
	Colômbia	Alta Consejería Presidencial para la Equidad de la Mujer	–	Incentivar participação e dar assistência	–
	Nicaragua	Instituto Nicaragüense de la Mujer	–	Dar assistência técnica e financeira	–
	Argentina	Consejo Nacional de las Mujeres	–	–	–
	Bolívia	Viceministerio de Igualdad de Oportunidades	–	Articular e cooperar	–

Trajetória da autoridade máxima

- **É possível perceber que um número expressivo de autoridades máximas dos mecanismos institucionais de mulheres, aqui analisados, tem trajetória vinculada à política institucional (6 lideranças entre 15 são ex-deputadas, ex-prefeitas, ex-vereadoras etc.) e a maioria teve inserções anteriores na gestão pública (gestoras municipais, estaduais ou de outros órgãos do governo federal, 11 das 15 autoridades analisadas).**
- **Uma pequena minoria advém de organizações e movimentos de mulheres (dentre elas, a Ministra brasileira, a Presidente do Instituto salvadorenho e a Presidente do Instituto uruguaio).**
- **a minoria teve, ao longo de sua história profissional, alguma afinidade com as questões de gênero (e feministas).**

	País	Mecanismos Institucionais de Mulheres (MIMs)	Trajectoria da autoridade máxima	Formação/profissão da autoridade máxima	Principal temática que define a sua trajetória
FORTE	Venezuela	Ministerio del Poder Popular para la Mujer y la Igualdad del Género	Política-institucional / Gestão Pública	Médica	Saúde
	Rep. Dominicana	Ministerio de la Mujer	Gestão Pública	Professora Universitária	Educação
	Chile	Servicio Nacional de la Mujer	Gestão privada	Engenharia Comercial	Iniciativa privada
FORTE /MÉDIO	Costa Rica	Instituto Nacional de las Mujeres	Política-institucional / Gestão Pública	Advogada	Políticas públicas
	Brasil	Secretaria de Política para as Mulheres	Organização social e academia	Professora Universitária	Feminismo e saúde
	El Salvador	Instituto Salvadoreño para el Desarrollo de la Mujer	Organização social	Psicóloga	Feminismo
	México	Instituto Nacional de las Mujeres	Política-institucional / Gestão Pública	Licenciatura em decoração	Gênero
MÉDIO /FRACCO	Guatemala	Secretaria Presidencial de la Mujer	Gestão Pública e privada	Economista	Políticas públicas e gênero
	Honduras	Instituto Nacional de la Mujer	Política-institucional	Formação na área comercial	Políticas públicas
	Uruguai	Instituto Nacional de las Mujeres	Organização social	Assistente Social e Professora Universitária	Feminismo e anti-racismo
FRACCO/MUITO FRACCO	Peru	Ministerio de la Mujer y Poblaciones Vulnerables	Política-institucional	Advogada	Políticas públicas
	Equador	Comision de Transicion hacia el Consejo Nacional de las Mujeres y la igualdad de género	Gestão Pública	Licenciatura	Políticas públicas e gênero
	Colômbia	Alta Consejería Presidencial para la Equidad de la Mujer	Política-institucional / Gestão Pública	Advogada	Direito da criança e adolescente
	Nicarágua	Instituto Nicaragüense de la Mujer	–	–	–
	Argentina	Consejo Nacional de las Mujeres	Gestão Pública	–	Políticas Públicas
	Bolívia	Viceministerio de Igualdad de Oportunidades	Gestão Pública	Assistente Social	Assistência social e direitos da criança e adolescente

Planos, Políticas e Programas nacionais de igualdade de gênero

- **Principal resultado político dos MIMs**
- **Todos os países contam com algum desses instrumentos**
- **Metodologias participativas para sua confecção**
- **Processos de consultas, entrevistas, reuniões e assembleias, organização de grupos ou comitês responsáveis por sua produção**
- **Maioria dos planos não contam com orçamentos específicos, não formaliza a participação de outros órgãos na sua execução e nem prevê metas quantitativas**

País	Plano, política ou programa	Prevê metas quantitativas ?	Responsabilidade para outros órgãos?	Dispositivo de acompanhamento e implementação dos planos, políticas e programas
Venezuela	Plan de Igualdad para las Mujeres	Não	Não	Conformação de mesas de trabalho, comissões e espaços para garantir seguimento e aplicação do plano
Rep. Dominicana	II Plan Nacional de Igualdad y Equidad de Género	Não	Não	Um plano de monitoramento e seguimento do PLANEG
Chile	III Plan de Igualdad entre Mujeres y Hombres	Sim	Não	Não
Costa Rica	Política Nacional para la Igualdad y Equidad de Género	Não	Não	Grupo de Suporte Político
Brasil	II Plano Nacional de Política para as Mulheres	Sim	Sim	Comitê de Articulação e Monitoramento do Plano
El Salvador	Plan Nacional de Igualdad y Equidad para las Mujeres Salvadoreñas	Sim	Sim	Sistema de monitoramento e avaliação do plano e sistema nacional para a igualdade substantiva
México	Programa Nacional para la Igualdad entre Mujeres y Hombres	Sim	Não	Não
Guatemala	Política Nacional de Promoción y Desarrollo Integral de las Mujeres	Não	Não	Sistema de monitoramento, seguimento e avaliação do plano
Honduras	II Plan de Igualdad y Equidad de Género de Honduras	Não	Sim	Sistema de monitoramento e seguimento
Uruguai	Primer Plan Nacional de Igualdad de Oportunidades y Derechos	Não	Sim	Conselho Nacional Coordenador de Políticas Públicas de Igualdade de Gênero
Peru	III Plan Nacional de Igualdad de Género	Sim	Sim	Sistema de monitoramento e avaliação do plano e comissão multi-setorial permanente
Equador	Plan de Igualdad, No discriminación y Buen Vivir para Las Mujeres Ecuatorianas	Não	Não	Mesa de coordenação política da transversalização
Colômbia	Política Pública Nacional de Equidad de Género	Não	Sim	Sistema de seguimento e avaliação
Nicarágua	Programa Nacional de Equidad de Género	Não	Não	Não
Argentina	Programa Federal de La Mujer	Não	Não	Não
Bolívia	Plan Nacional Para Igualdad de Oportunidades	Não	Sim	Não

CONSIDERAÇÕES FINAIS

- **Um maior aprofundamento nas discussões a respeito especificamente das políticas públicas para as mulheres nos levou ao esforço de construir esse novo diagnóstico, desta vez, sobre o atual estado da arte de uma agenda propriamente dos governos - Poder Executivo e em menor destaque o Poder Legislativo -, nos respectivos países, em relação ao empoderamento das mulheres e a eliminação das desigualdades marcadas por gênero.**
- **Aqueles que estão preocupados em assegurar a igualdade das mulheres insistem que o processo de democratização seja acompanhado de transformações na cultura política e de reformas institucionais inovadoras em nível estatal e nacional, em políticas eleitorais, em governos locais e nacionais, assim como em práticas sociais. Não é a consolidação da democracia que os proponentes dos direitos da mulher idealizam, mas sim sua transfiguração, ou seja, parte-se do ponto de vista de que a agenda do Poder Executivo, assim como a ocupação de cargos no Poder Legislativo são dois dos principais elementos desafiadores para a construção de uma efetiva justiça de gênero na região.**

O PAPEL DOS ÓRGÃOS DO CONTROLE SOCIAL

ENAP

Escola Nacional de
Administração Pública



nepem

Núcleo de Estudos e Pesquisa
sobre a Mulher | UFMG

- **HISTÓRICO**

- **A discussão do Controle Social na sociedade brasileira, a partir da Constituição Federal, ganhou uma dimensão relevante porque com ela estamos discutindo a relação Estado e Sociedade.**

- **Participação Cidadã e Controle Social:**

- **Controle Social:**

- **É a capacidade que tem a sociedade organizada de atuar nas políticas públicas, em conjunto com o Estado, para estabelecer suas necessidades, interesses e controlar a execução destas políticas.**

- **A Constituição Federal/88** inovou a relação do Estado com a sociedade, tendo por base: a participação ativa de organizações da sociedade na formulação e co-gestão das políticas sociais.
- Criou também, mecanismos que a sociedade pode se utilizar para promover o controle social junto aos atos da Administração Pública, dentre os quais podemos citar:

- **Mandado de Injunção;**
 - **Mandado de Segurança coletivo;**
 - **Ação Popular;**
 - **Ação Civil Pública;**
 - **Código de Defesa do Consumidor.**
-
- **Propôs a criação de Conselhos: instâncias de negociação e pactuação das propostas institucionais e das demandas da comunidade.**

Pressupostos

- São condições básicas para o controle social: cidadãos, entidades e movimentos sociais dispostos a participar e canais de participação criados pelo Estado
- Quando se fala de controle da administração não se pode separar o lado político do lado técnico.
- O controle efetivo do gasto público, envolve a participação ativa da sociedade e a responsabilização objetiva dos gestores públicos.

- **A melhoria do controle social envolve o reconhecimento das dificuldades, o trabalho contínuo para superá-las, o sentido e a inspiração do ideal democrático**
- **Para que o controle social funcione é preciso uma sociedade preparada para exercer tal função.**

- **O controle é inerente a qualquer forma de organização.**
- **Administrar compreende: planejar, organizar, dirigir e controlar.**
- **A atividade controladora pressupõe o monitoramento de determinada variável ou tema com o intuito de compará-la a determinado padrão e, a partir dos resultados, implementar as ações devidas.**

- **A Participação social feminina nos Conselhos**
- **Os Conselhos são instâncias deliberativas do Sistema Descentralizado e Participativo, constituídos em cada esfera do governo com caráter permanente e composição paritária, isto é, igual número de representantes do governo e da Sociedade Civil.**

Os Conselhos:

são órgãos colegiados de caráter permanente e deliberativo com funções de formular estratégias, controlar e fiscalizar a execução das políticas públicas, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros.

O OBJETIVO DOS CONSELHOS É O CONTROLE SOCIAL DA GESTÃO PÚBLICA PARA QUE HAJA UM MELHOR ATENDIMENTO À POPULAÇÃO e melhoria na qualidade das ações estatais.

- Os Conselhos existem nas três esferas de Governo:
- **Esfera Federal:** Temos Conselhos Setoriais das Políticas Públicas (Saúde, Educação, Assistência Social, entre outras) e Conselhos de Direitos com seus respectivos Fundos implementados.
- **Esfera Estadual:** Os Conselhos Estaduais de Políticas Públicas (Saúde, Educação e Assistência Social, entre outras) estão funcionando em todas as 27 (vinte e sete) unidades federadas com Fundos implementados.
- **Esfera Municipal:** Na maioria dos Municípios estes Conselhos também estão criados.

- A proliferação destes Conselhos representa um aspecto positivo, ao criar oportunidades para a participação da sociedade na gestão das Políticas Públicas.
- No entanto, há que se avaliar o funcionamento efetivo e a eficácia da atuação destes Conselhos.
- Funcionamento dos Conselhos:
- Para que o Conselho funcione adequadamente, algumas condições são necessárias:
 - Que o Conselho tenha Legitimidade.
 - Que o Conselho seja Representativo.
 - Que o Conselho tenha Efetividade e Eficácia.

- **O EXERCÍCIO DO CONTROLE SOCIAL EXIGE:**
- **Socialização de informações;**
- **Acompanhamento e fiscalização das ações governamentais;**
- **Controle do orçamento público;**
- **Fiscalização dos fundos públicos;**
- **Avaliação do desempenho das políticas públicas;**
- **Realização de reuniões abertas;**
- **Realização de audiências, assembleias e fóruns para ampliar a participação da sociedade no controle das políticas públicas.**

- **ALGUNS DESVIOS NA TRAJETÓRIA DOS CONSELHOS:**
- **Apesar da Lei determinar o caráter deliberativo desses Conselhos, em geral denotam um caráter eminentemente consultivo.**
- **Dificuldade e resistência do poder público em permitir a publicização do Estado;**
- **Transparência e socialização de informações fundamentais para que os Conselhos exerçam o controle social.**

- **No entanto, este investimento ainda não se reverteu em igualdade salarial com os homens - em alguns setores apenas se reduziu o nível de desigualdade, em outros, esta se intensificou.**
- **Quando consideramos as mulheres negras, os dados são ainda mais impressionantes.**
- **QUANTO MAIOR A ESCOLARIZAÇÃO, MAIOR A DIFERENÇA SALARIAL entre estas e os homens, mas também entre as próprias mulheres, estando as brancas em posição de maior vantagem. Esta situação demonstra como a segregação social combina elementos étnico-raciais e de gênero.**

- Ausência de esquemas próprios de divulgação e comunicação com a sociedade – a visibilidade e transparência dos Conselhos;
 - Autonomia – Na prática dos Conselhos, fica evidente a dependência quanto às condições administrativas, financeiras e técnicas.
- **CONDIÇÕES PARA O FORTALECIMENTO DOS CONSELHOS:**
- **Autonomia** – infra-estrutura (espaço físico e secretaria executiva, dotação orçamentária) e condições de funcionamento autônomo.
- **Transparência e socialização de informações** - para controlar o orçamento e os gastos públicos.
- **Visibilidade**- divulgação e publicização das ações dos Conselhos.

- **Integração** – criar estratégias de articulação e integração do Conselho, através de agendas comuns e fóruns mais amplos, que contribuam para superar a setorização e a fragmentação das políticas públicas.
- **Articulação** – dos Conselhos com outras instâncias de Controle Social como os Fóruns e Comissões Temáticas ampliando a participação da sociedade no Controle Social das Políticas Públicas.
- **Capacitação Continuada dos Conselhos** – desenvolver um processo contínuo de formação dos/as Conselheiros/as, instrumentalizando-os para o efetivo exercício do controle social.

- **Insatisfação e descontentamento com o tema nos parecem atualmente na ordem do dia: para a II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (II CNPM), antecedida de um processo intenso de pré-conferências em todo o país, além dos temas de avaliação das desigualdades de gênero e de uma avaliação crítica do I Plano Nacional de Política para as Mulheres (I PNPM), se elegeu como tema prioritário dos debates “As Mulheres Brasileiras nos espaços de Poder”.**
- **Já realizamos QUATRO Conferencias Nacionais de Políticas para as Mulheres (2004, 2007, 20011 E 2016) e temos hoje tres Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres (PNPMs)!**

- **A equidade de gênero é considerada pelo Fundo de População das Nações Unidas um direito humano, sendo o empoderamento das mulheres ferramenta indispensável para promover o desenvolvimento, o reconhecimento, e a representação das mulheres e uma condição para, de fato, se reduzir a pobreza em nosso país.**
- **Mulheres com maiores níveis de educação e participação no mercado de trabalho estão, em geral, mais capacitadas para contribuir para a saúde e a produtividade de suas famílias e localidades, criando melhores perspectivas para as novas gerações.**

- **Pesquisas demonstram que o investimento na educação feminina reduz as taxas de fecundidade, de mortalidade infantil e de mortalidade materna, aumenta as taxas de participação da força de trabalho e elevam os ganhos salariais.**
- **O estreitamento dos hiatos de gênero (*gender gap*) não só é uma questão de justiça, mas também incrementa o crescimento econômico e o bem-estar da população (WEF, 2009: 24).**
- **Se o ordenamento legal do Brasil estabelece preceitos fundamentais para garantir a igualdade de tratamento perante a lei e a equidade de gênero, na vida cotidiana persistem inúmeros obstáculos à realização dessas promessas legais, seja no mundo do trabalho, seja na esfera política ou privada.**

- **As mulheres brasileiras, nos diferentes períodos da vida, sofrem a violência com base no gênero em suas várias expressões:**
 - **restrições no campo da autonomia sexual,**
 - **dificuldades de acesso à saúde sexual e reprodutiva,**
 - **sobrecarga de responsabilidades,**
 - **segregação ocupacional,**
 - **discriminação salarial,**
 - **baixa presença nos espaços de poder,**
 - **má distribuição dos afazeres domésticos etc.**
- **Porém, a despeito das permanências de antigas desigualdades, há aquelas entre os gêneros que estão sendo reconfiguradas, resultando num novo cenário em que:**
 - **se reforçam desigualdades entre as próprias mulheres, mas também**
 - **se revertem desigualdades entre homens e mulheres, como no caso da educação e da esperança de vida, em que estas últimas apresentam melhores indicadores do que os primeiros.**

- **O desenvolvimento brasileiro aconteceu, infelizmente, com aumento da concentração da riqueza e com exclusão social, e só apenas MUITO recentemente se inverteram parcialmente os sinais das desigualdades regionais, de classe, de gênero, de raça e geração.**
- **O Brasil foi um dos países do mundo que mais cresceu no século XX em termos populacionais e econômicos.**
- **A população brasileira passou de pouco mais de 17 milhões de habitantes, em 1900, para 170 milhões de habitantes no ano 2000 (cresceu 10 vezes em 100 anos);devendo atingir o ápice de 220 milhões de habitantes em 2040.**
- **Este alto crescimento demográfico não impediu o crescimento econômico, pois o Produto Interno Bruto (PIB) do país aumentou cerca de 127 vezes em 100 anos, propiciando uma ampliação da renda per capita de 12,7 vezes no período.**
- **MAS estamos agora experimentando nova crise econômica, social e política.**

- **A permanência de altos percentuais de pobreza entre a população brasileira evidencia que o processo de desenvolvimento econômico brasileiro não foi capaz de universalizar seus benefícios, especialmente quando consideramos os recortes de classe, gênero e raça.**
- **Do ponto de vista das políticas públicas contribuíram para a recente redução da pobreza no Brasil os efeitos de investimentos realizados em três áreas estratégicas:**
 - **a) valorização do salário mínimo;**
 - **b) aumento da cobertura da assistência social via Benefício de Prestação Continuada de Assistência Social/Lei Orgânica da Assistência Social (BPC/LOAS); e**
 - **c) ampliação substantiva das políticas de transferência de renda.**

- Estas três políticas públicas tiveram, muito recentemente, um impacto positivo na redução da pobreza em termos de classe, gênero, raça e geração, isto é, favoreceram pobres, mulheres, negros e idosos (Cedeplar, 2007; Ibase, 2008; Rocha, 2008).
- Também tiveram um impacto regional, pois a prioridade é para as regiões mais pobres do país, que recebem, proporcionalmente, maiores recursos decorrentes do aumento do salário mínimo, do BPC/LOAS e do Programa Bolsa Família.
- Mas O QUÊ significa, de fato, **DESENVOLVIMENTO E AUTONOMIA PARA NÓS MULHERES ???**
- **QUAIS SÃO AS POLÍTICAS PÚBLICAS QUE GOSTARIAMOS DE EVR IMPLEMENTADAS NESTA DIREÇÃO?**

Obrigada!

**Profa. Marlise Matos
(DCP, NEPEM, CIFG / UFMG)**